

Estudo Técnico Preliminar 67/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 2025-N0TDL

2. .

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3. Descrição da necessidade

3.1 A presente aquisição tem como finalidade atender a demanda de medicamentos do município que estão listados na relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME, na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME, solicitados pela Assistência Farmacêutica e os medicamentos Não padronizados pelo SUS solicitados pelo serviço social.

3.2 Tendo em vista a Portaria n.º 3.916, de 30 de outubro de 1998, que aprovou a Política Nacional de Medicamentos, à qual descreve dentre as responsabilidades do Gestor Municipal “assegurar o suprimento dos medicamentos destinados à atenção básica à saúde de sua população, integrando sua programação à do estado, visando garantir o abastecimento de forma permanente e oportuna” A seleção dos medicamentos foi realizada com base na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME e no perfil epidemiológico do município, e todos os medicamentos selecionados constam na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME. Ressaltando que aqueles medicamentos da REMUME que constam na RENAME devem ser financiados com o recurso da Assistência Farmacêutica (Tripartite) e aqueles que não constam na RENAME mas que, de acordo com a epidemiologia local, foram selecionados e necessitam ser adquiridos, devem ser financiados com recursos próprios conforme a Portaria nº 1.555, DE 30 de julho de 2013.

3.3 O direito à saúde é um direito social previsto na Constituição Federal – CF de 1988 como um direito de todos e um dever do Estado (arts. 5º, 6º e 196 da CF). Sua garantia deve ser feita por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, bem como ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196 da CF). A Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990) inclui, no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS, a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive, farmacêutica, bem como a formulação da política de medicamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e participação na sua produção (art. 6º, incisos I, alínea “d”, e VI).

3.4 Considerando, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica é parte integrante da Política Nacional de Saúde e envolve um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, garantindo os princípios da universalidade, integralidade e equidade. Essas ações têm o medicamento como insumo essencial e buscam, não só o acesso a ele, mas seu uso racional, envolvendo pesquisa; desenvolvimento e produção de medicamentos e insumos; seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação; garantia da qualidade dos produtos e serviços; e acompanhamento e avaliação da utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e melhoria da qualidade de vida da população. Portanto, o município de Santa Maria de Jetibá, através da Instrução Normativa SSP 005/2018, versão 04, dispõe sobre a concessão de medicamentos Não padronizados pelo SUS, ou seja, dos insumos que Não são fornecidos pela Relação Estadual de Medicamentos (REMUME) e Relação Municipal de Medicamentos (REMUME). Assim, o direito público subjetivo à saúde constitui um bem jurídico constitucionalmente tutelado e o Poder Público deve observá-lo em sua integralidade, incumbindo-lhe formular e implementar políticas sociais e econômicas que visem garantir o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SERVIÇO SOCIAL DA SAÚDE	GABRIELA SPERANDIO COTT LOSS
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PALOMA CORTELETTI LAUWERS

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 Os produtos deverão conter no mínimo 12 meses de validade a partir da data de entrega.

5.2 Os medicamentos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, condições de conservação, etc. O material deverá ser entregue acondicionado adequadamente e estar acompanhado de nota fiscal correspondente, devidamente preenchida.

5.3 O material deverá estar com a embalagem original em perfeito estado, com descrições e especificações na língua portuguesa ou apresentar rótulo com as mesmas características, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, bula e com número do registro emitido pela Anvisa/Ministério Da Saúde.

5.4 Os materiais oferecidos devem ter sido produzidos de acordo com as Normas Técnicas aplicáveis.

5.5 Não serão aceitos produtos e/ou pacotes danificados, devendo ser substituídos sem ônus para a contratante.

5.6 O fornecimento do objeto será realizado de forma **PARCELADA**, de acordo com as necessidade da Secretaria.

5.7 O prazo para fornecimento/execução e finalização do objeto deveser de 20 dias corridos , contados a partir da emissão de Autorização de Fornecimento.

4.8 A entrega do item deverá ser feita de segunda a sexta-feira no horário das 07:30h às 11:00h e das 12:30h às 17:00h diretamente nos locais indicados na Autorização de Fornecimento e /ou no email de envio da Autorização com suas respectivas quantidades conforme informadas na mesma, devendo a empresa certificar-se antes da entrega , se houve mudanças de endereço.

5.9 O recebimento do objeto será de competência dos fiscais e deverá (ão) ser aceito (s):

a) **Provisoriamente**, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato/Ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

b) **Definitivamente**, 05 (cinco) dias após verificação de qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação pelo requisitante.

5.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.11 A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente à descrição e quantidades, e deverão estar acondicionados adequadamente.

5.12 Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do objeto.

5.13 Os custos de retirada e devolução do(s) objeto(s) recusado(s), bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

5.14 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.15 O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas no material ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contado a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

5.16 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (05) dias, a contar da notificação da contratada /fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

5.17 A contratada deverá comprovar sua regularidade junto ao Fisco, apresentando todas as certidões atualizadas: certidões negativas de débito da Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal, INSS e FGTS.

5.18 No decorrer do respectivo contrato, as mesmas condições de regularidade fiscal serão mantidas, na ocasião de envio de sua respectiva nota fiscal, apresentar todas as certidões atualizadas.

5.19 O preço a ser ofertado/cotado, deverá ser compatível com o valor de mercado e inferior ou igual ao Preço de Fábrica (PF) da tabela CMED/ANVISA vigente.

5.20 A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido no item acima importará na desclassificação da empresa licitante (os preços unitários e/ou global máximos admitidos para fins de registro de preços são os que constam na tabela CMED/ANVISA).

5.21 O preço a ser ofertado/cotado dos fármacos e medicamento relacionados no Anexo Único do Convênio 87/02, do Confaz, deverá ser desonerado do ICMS.

5.22 O transporte do objeto e toda a logística de entrega e descarregamento são de inteira responsabilidade do Fornecedor, devendo observar as condições estabelecidas no art. 64 da RDC ANVISA Nº 430/2020 e 653/2022.

5.23 O transporte dos medicamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos.

5.24 As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Funcionamento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto.

6. Levantamento de Mercado

5.1 A equipe de planejamento realizou a coleta de orçamento através de Banco de Preços;

5.2 Foi utilizado a Proposta de preços simples para balizamento da licitação, juntamente com a análise da Média saneada para chegar ao valor de mercado mais apropriado para cada item.

5.3 Não existem restrição legal para a aquisição desses produtos no mercado.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A contratação visa a modalidade de pregão eletrônico por item, do tipo menor preço para a aquisição de medicamentos.

7.2 Em hipótese alguma será aceito material diferente do que foi cotado, que esteja em desacordo, com avarias, fora do prazo de validade mínima aceitável ou defeito de fabricação, ou que não atenda as especificações do edital.

7.3 As condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do edital e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto contratual.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1

Nº	Lote	Item	Unidade	Quantidade
1		00100350 - FENOTEROL, BROMIDRATO 5 MG/ML, SOLUCAO INALANTE FRASCO COM 20 M FENOTEROL, BROMIDRATO 5 MG/ML, SOLUCAO INALANTE FRASCO COM 20 ML	frasco	200,000000
2		00100351 - LEVOTIROXINA SODICA 75 MCG LEVOTIROXINA SODICA 75 MCG	comprimido	70.000,000000
3		00100352 - ESCITALOPRAM, OXALATO 10 MG ESCITALOPRAM, OXALATO 10 MG	comprimido	5.000,000000
4		00100353 - MACROGOL FORMA FARMACEUTICA: PO PARA PREPARACAO EXTEMPORANEA, CONCENTRACAO 8,5G, ENVELOPES TIPO SACHE, CAIXA COM NO MINIMO 14 SACHES	caixa	27,000000
5		00100354 - PERICIAZINA 10MG PERICIAZINA 10MG	comprimido	1.100,000000
6		00100355 - HIDRALAZINA, CLORIDRATO 25 MG HIDRALAZINA, CLORIDRATO 25 MG	comprimido	900,000000

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 39.308,78

9.1 O custo estimativo da contratação é de R\$ 39.308,78 conforme pesquisa de preços realizada.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Em virtude de acudir o maior numero de interessados em participar da licitação sem prejudicar o ganho da aquisição em escala, optou-se pelo parcelamento de itens visando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade, com vistas sempre a conseguir maior economicidade nas contratações, sem perder de vista a eficiência. Conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, a regra a ser observada nas licitações é a do parcelamento do objeto, considerando que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não se aplica

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. As dotações orçamentárias serão descritas no ato da contratação, porem todas as aquisições estão contempladas na LOA e PPA

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 Pretende contratar os itens descritos no edital ao menor preço, com qualidade e especificações garantidas visando atender as necessidades dos pacientes.

13.2 Relativo ao aproveitamento dos recursos humanos espera-se o cumprimento, por parte das empresas contratadas, de todas as obrigações e compromissos assumidos por ocasiões da contratação, pois desse modo não haverá a necessidade de rescisão de contrato por motivos de descumprimento de cláusulas do Termo de Referência, permitindo ao órgão contratante, em vez de enviar esforços para a realização de nova licitação para a contratação do mesmo objeto.

14. Providências a serem adotadas

14.1 Tendo em vista a fiscalização do contrato será importante que o fiscal/equipe tenham conhecimentos do objeto a ser contratado, para atuar na fiscalização da entrega dos produtos de maneira satisfatória, dentro do prazo e com boa qualidade.

14.2 Após a realização desse estudo técnico, o termo de referência será elaborado e caso aprovado será realizada a licitação através de pregão eletrônico, na modalidade de registro de preço. A licitação estando homologada e as atas assinadas poderá ser feita a contratação para aquisição dos itens licitados.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Dada a natureza dos medicamentos que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a contratada atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental abaixo:

15.1.1 As embalagens dos produtos deverão ser, preferencialmente, fabricados com materiais reciclados ou que possam ser reciclados, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

15.1.2. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

15.1.3. Os materiais devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

15.1.4 Nos termos do Decreto nº 2783, de 1998 e resolução CONAMA nº 267 de 14/11/2000, é vedada a oferta de produtos ou equipamentos que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que destroem a Camada de Ozônio abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

15.2 No que diz respeito às obrigações do solicitante, o mesmo deve proceder o uso responsável do material adquirido, assim como dar destino adequado aos resíduos gerados.

16. DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE PREÇOS

Declaramos, para os devidos fins, diante da Secretaria de Administração, que o valor médio para a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS referente ao Processo nº 2025-N0TDL, foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e no Banco de Preços, aptos quanto à natureza de ocupação empresarial é compatível com os preços do mercado com base nos orçamentos coletados.

17. DECLARAÇÃO DE NÃO DIRECIONAMENTO

Declaramos, para os devidos fins, diante da Secretaria de Administração, que a para a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, referente ao Processo nº 2025-N0TDL, não apresenta possível direcionamento que restrinja o caráter competitivo do certame.

18. FORMULÁRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

Fontes de consulta:

<input checked="" type="checkbox"/>	Painel de Preços
<input type="checkbox"/>	Aquisições e Contratos de outros entes públicos
<input type="checkbox"/>	Pesquisa publicada na internet
<input type="checkbox"/>	Pesquisa direta com o fornecedor
<input type="checkbox"/>	Tabelas Referenciais

Justificativa:

PARA LEVANTAMENTO DOS PREÇOS MÉDIOS DE MERCADO DOS ITENS SOLICITADOS, A EQUIPE OPTOU POR PESQUISA JUNTO AO BANCO DE PREÇOS.

Metodologia utilizada na definição do valor estimado:

<input type="checkbox"/>	Menor Preço
<input checked="" type="checkbox"/>	Média
<input type="checkbox"/>	Mediana
<input type="checkbox"/>	Outro

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

DECLARAMOS VIÁVEL PARA A ADMISNITRAÇÃO PÚBLICA ESTA CONTRATAÇÃO

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PALOMA CORTELETTI LAUWERS

MAT 55501

ADRIANA KLUG HACKBARDT BOLSONI

MAT 53144

VANDERLANE WOLFGRAN

MAT 53077

CARLOS ALBERTO JARSKE

SECRETÁRIO DE SAÚDE

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

VANDERLANE WOLFGRAN
GERENTE
GECOM - SECSAU - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 16:16:05 -03:00

CARLOS ALBERTO JARSKE
SECRETARIO
GABSESA - SECSAU - PMSMJ
assinado em 04/04/2025 18:15:51 -03:00

PALOMA CORTELETTI LAUWERS
GERENTE
GEAFA - SECSAU - PMSMJ
assinado em 07/04/2025 07:40:57 -03:00

ADRIANA KLUG HACKBARDT BOLSONI
FARMACEUTICO (20 HORAS)
GEAFA - SECSAU - PMSMJ
assinado em 07/04/2025 08:43:02 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 07/04/2025 08:43:02 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por VANDERLANE WOLFGRAN (GERENTE - GECOM - SECSAU - PMSMJ)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-8VCTFB>